



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 17 de dezembro de 2012

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b>	
CUT e Força se queixam de diálogo com Dilma .....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b>	
Regime especial de licitação já domina compras públicas .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b>	
Lei de Acesso não pegou fora do Executivo federal .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>G-1</b>	
Suframa discute propostas para setor de Duas Rodas, no Amazonas .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>CUT e Força se queixam de diálogo com Dilma</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**CUT e Força Sindical prometem endurecer o discurso diante da falta de diálogo com Dilma Rousseff. Segundo sindicalistas, o governo da presidente "só atende às reivindicações dos empresários"**

**Centrais reclamam de falta de diálogo e endurecem discurso contra governo**

**Sindicalistas queixam-se de que não são recebidos pela presidente Dilma Rousseff, que "só atende às reivindicações dos empresários"**

**Marcelo Rehder**

A falta de diálogo fez azedar a lua de mel de dois anos da presidente Dilma Rousseff com o movimento sindical. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, ambas da base de apoio ao governo, prometem sair às ruas e endurecer o discurso contra o tratamento recebido pela administração Dilma, que, segundo as duas maiores centrais sindicais do País, "até agora não levou em consideração a pauta de reivindicações da classe trabalhadora".

Os sindicalistas estão revoltados por não receberem da presidente o mesmo tratamento dado aos empresários. "Para nós, a crise econômica internacional serve de desculpa para o governo engavetar todas as propostas", argumenta Wagner Freitas, presidente da CUT. "Já para os empresários, serve para atender várias reivindicações."

Os trabalhadores querem o fim do fator previdenciário, isenção do Imposto de Renda na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), redução da jornada de 44 para 40 horas semanais sem redução salarial, valorização das aposentadorias e aumento para o servidor público, entre outras medidas. "Toda essa pauta está na geladeira", diz Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical e deputado federal (PDT-SP).

Para o assessor especial da Secretaria-geral da Presidência da República, José Lopez Feijoo, "o discurso das centrais faz parte de um processo de pressão, que eu entendo como legítimo, mas que não é a realidade".

Os sindicalistas se queixam de não serem recebidos pela presidente Dilma, numa situação inversa à do

empresariado. Eles dizem que, quando há muitas reclamações, o governo se apressa em marcar reunião das centrais com o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, "que não apresenta propostas, só tenta acalmar os representantes dos trabalhadores".

"Ninguém quer mais reunião com quem não decide, só para ouvir que a crise está brava, enquanto o empresariado se reúne com a presidente e com o ministro da Fazenda, Guido Mantega", compara Paulinho.

Queixa. Desde a sua posse, no dia 13 de julho, a nova diretoria da CUT não foi recebida pela presidente da República. Na época, Freitas solicitou uma audiência com Dilma para apresentar a executiva da CUT e reforçar a pauta da classe trabalhadora. Até hoje, ele não recebeu resposta oficial, só a promessa de que poderia ser recebido em fevereiro ou março do ano que vem.

O sindicalista disse que ficou muito surpreso quando, há pouco mais de uma semana, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi recebida por Dilma para entregar um documento com 101 propostas de mudanças na legislação trabalhista, "em sua grande maioria desfavoráveis aos trabalhadores". Dilma teria ficado muito interessada e pediu três exemplares do documento.

Embora dirija das posições da CNI, Freitas reconhece que a entidade tem o direito de fazer as reivindicações que achar necessário. Não admite, porém, que a representação formal do empresariado seja recebida e a dos trabalhadores, não.

"Queremos ter a possibilidade de apresentar também a nossa pauta sobre temas parecidos, até porque temos um viés completamente diferente dos empresários."

Governo do patronato. Paulinho, da Força Sindical, vai além e diz que "o governo hoje é do patronato, não tem nada mais a ver com o trabalhador". Desde o início da crise, em 2008, mais de 40 setores da economia foram beneficiados com medidas de estímulo, como redução do IPI, desoneração de folha de pagamento e financiamento mais barato.

"Todo esse esforço, que teve um custo para o País, beneficiou indiretamente o trabalhador, mas beneficiou muito

mais o empresariado, diretamente", diz Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. "O Imposto de Renda na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) era o mínimo que a presidente poderia fazer, mas nem isso ela fez."

**Assim não dá**

## **WAGNER FREITAS**

PRESIDENTE DA CUT "Para nós, a crise econômica internacional serve de desculpa para o governo engavetar todas as propostas. Já para os empresários, serve para atender várias reivindicações."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Regime especial de licitação já domina compras públicas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Criado para ser uma exceção destinada a acelerar as obras da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016, o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) tornou-se a regra nas principais compras públicas federais e seu uso crescente coloca em xeque o futuro da Lei de Licitações.**

Desde julho, o novo regime passou a englobar os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em outubro, foi estendido para a área de educação e, neste mês, o Congresso aprovou sua aplicação às compras da saúde. Levantamento feito pelo Valor aponta que os orçamentos planejados para os próximos anos pelo PAC, Copa do Mundo e Olimpíada, além do que está previsto em 2013 para saúde e educação, somam R\$ 700 bilhões.

**Regime especial de contratação já vale para gastos de R\$ 700 bi**

#### Por Caio Junqueira e André Borges | De Brasília

A exceção virou regra. Quando foi criado em 2011, por meio de um "contrabando" feito em uma medida provisória, o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) tinha o propósito específico de acelerar a contratação de obras da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíada de 2016. Incluído no texto que instituía a Secretaria de Aviação Civil, o RDC prometia mais celeridade às obras de aeroportos e demais empreendimentos ligados aos eventos esportivos. Era só o começo. Depois de algumas experiências bem avaliadas pelo governo no setor aeroportuário, o RDC simplesmente passou a dominar as principais compras públicas federais, colocando em xeque o futuro da Lei de Licitações (8.666).

De obras da Copa e Olimpíada, o RDC passou a englobar desde julho os empreendimentos listados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em outubro, foi a vez de o regime ser estendido para a área de educação. Neste mês, o Congresso aprovou sua aplicação nas compras de saúde. O peso dos investimentos públicos que migraram para o guarda-chuva do RDC dá uma ideia clara da relevância que esse regime passou a ter para o governo. Paralelamente, refletem o abandono da 8.666. Levantamento feito pelo Valor aponta que, somados os orçamentos

planejados para os próximos anos pelo PAC, Copa do Mundo e Olimpíada, além do que está previsto em 2013 para os setores de saúde e educação, chega-se a uma conta de R\$ 700 bilhões em investimentos. Do total, R\$ 526 bilhões referem-se a recursos do PAC, já descontados os repasses do Minha Casa, Minha Vida, que não se enquadram na categoria, por serem negociados diretamente pela Caixa Econômica Federal. A saúde reserva investimentos de até R\$ 80 bilhões para o ano que vem. Na educação, estão previstos mais R\$ 50 bilhões.

Apesar da aposta pesada que o governo decidiu fazer no RDC, o regime está longe de ser uma unanimidade, a começar pelo caminho que foi usado para a sua criação. O método é questionável: a inclusão das chamadas "emendas contrabando" em medidas provisórias. Trata-se de dispositivos incluídos nas MPs durante sua tramitação no Congresso Nacional e que, na maioria das vezes, não têm nenhuma relação com o objeto inicial da MP. O efeito imediato dessa artimanha é que a discussão sobre prós e contras acaba sendo minimizada.

Quando o RDC foi instituído houve alguma polêmica por parte da oposição por causa do método adotado. Desde o início de 2011, o governo foi tentando impor o dispositivo de contratação de MP para MP até que finalmente conseguiu que ela fosse aprovada na 527, que criou a Secretaria de Aviação Civil. Após passar na Câmara e no Senado, virou lei no dia 4 de agosto do ano passado. A partir daí, o governo usou a mesma estratégia para estender o RDC para outras áreas. Em nenhum desses casos a MP original tratava do assunto. Também em nenhum caso houve grande mobilização contrária na base aliada ou na oposição.

A única reação a esse procedimento acabou surgindo das mãos de um deputado federal de primeiro mandato, Fábio Trad (PMDB-MS). Ele é integrante do grupo pemedebista "Afirmação Democrática", formado para tentar recuperar a imagem do partido e tirá-lo da pecha de fisiológico e propor uma agenda ao país. É irmão do prefeito reeleito de Campo Grande, Nelson Trad Filho (PMDB).

Com base nos 135 projetos de lei que tramitam na Câmara com o objetivo de reformular a Lei de Licitações, Trad

apresentou na semana passada um substitutivo cuja ideia é chegar a um meio-termo entre o RDC e a Lei de Licitações. Na elaboração do texto, teve acompanhamento do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (Ibeji), ligado à PUC-SP. "Do RDC, o que absorvi mais é o conceito de agilidade dos certames e a simplificação dos procedimentos e a questão da sustentabilidade. Da Lei de Licitações, mantive a criminalização para os desvios, as cláusulas sociais; reforçamos o princípio da impessoalidade, eficiência, moralidade e incluímos os da proporcionalidade e da razoabilidade."

Um ponto essencial do RDC, no entanto, foi excluído do seu substitutivo: a contratação integrada. O mecanismo permite que o mesmo fornecedor fique responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia. Pela Lei 8.666, uma nova licitação tem que ser feita a cada passo da obra. "A contratação integrada não nos convenceu de que sua agilidade superaria os riscos de desvios que oferece. No geral, a lógica nossa é que as virtudes da 8.666 e do RDC são muito mais vantajosas para a administração pública e para a sociedade do que o RDC isoladamente, porque há falhas no regime. Há uma simplificação extremada que compromete a lisura do processo."

Ele espera que o projeto possa ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em 2013, para depois seguir ao plenário da Câmara. "A regra por enquanto ainda é a 8.666, mas o RDC caminha para solapar sua estrutura. O que propomos é estancar esse processo de desestruturação da 8.666 com um novo modelo de licitação", afirmou Trad, defendendo que considera a Lei de Licitações muito positiva para ser derrubada sem um amplo debate.

Paralelamente às discussões políticas, o RDC também desperta dúvidas jurídicas. Augusto dal Pozzo, vice-presidente do Ibeji, cita o caso do orçamento sigiloso. O governo argumenta que, ao não divulgar o preço da obra previamente, consegue evitar conluio entre concorrentes e gerar mais competição. "Essa é só umas das aberrações jurídicas do RDC. A Constituição prevê o princípio da publicidade. Os valores são informações básicas que têm de ser de conhecimento de todos", critica Pozzo. "Além disso, nada impede duas empresas de combinarem suas propostas. Esse argumento é vazio, não faz sentido."

O vice-presidente do Ibeji chama a atenção ainda para eventuais riscos da contratação integrada. "Como é que passamos para a mesma empresa que fará a obra, a exigência de desenvolver os seus estudos de engenharia?", questiona Pozzo. "O governo decidiu escolher um atalho, um caminho mais fácil para contratar obras públicas, mas isso não significa que é o melhor. Os contratos de RDC começaram a ser firmados agora e logo começaremos a ver os problemas. Estamos legitimando o planejamento mal feito."

Para o governo, as críticas não colam. No mês passado, a Infraero publicou mais um edital de licitação pelo regime para contratar obras de ampliação e restauração no aeroporto internacional de Confins (MG). No Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o RDC é o novo mantra para dar jeito nas contratações de restauração e manutenção de rodovias federais. Para a Lei 8.666, progressivamente, sobram os penduricalhos.

	VEÍCULO <b>O GLOBO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Lei de Acesso não pegou fora do Executivo federal</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em vigor há sete meses, depois de sancionada pela presidente Dilma há um ano, a Lei de Acesso à Informação ainda não emplacou fora do Executivo federal. Em 15 estados, ela sequer foi regulamentada, e nem o Supremo Tribunal Federal se adaptou à nova legislação. Com o baixo alcance da lei, os brasileiros ainda pouco a conhecem. Mais de 50% dos pedidos de informação para o **Governo Federal** se concentram apenas em três estados e no Distrito Federal. Câmara e Senado buscam inibir as consultas ao revelar aos servidores quem acessou seus dados. Para especialistas, com tantos entraves, a principal legislação de transparência do país deve levar anos para sair do papel.

#### Transparência só no papel

Sete meses após a sanção, 15 estados e o STF não regulamentaram a Lei de Acesso à Informação

Guilherme Amado

#### Legislação não cumprida

BRASÍLIA - Sancionada há um ano pela presidente Dilma Rousseff e em vigor há sete meses, a Lei de Acesso à Informação não pegou fora do Executivo federal. Sem regulamentação em 15 estados e no Supremo Tribunal Federal (STF), o texto ainda é um desconhecido dos brasileiros - mais de 50% dos pedidos de informação para o **Governo Federal** nesse período vieram apenas de São Paulo, Rio, Distrito Federal e Minas Gerais. No Amapá, por exemplo, não houve nem 80 consultas. Especialistas temem que, ignorada pela maioria dos municípios e cheia de entraves para ser cumprida no Senado e na Câmara dos Deputados, a principal legislação de transparência já aprovada pelo país ainda demore anos para sair do papel.

Resultado de uma longa batalha no Congresso, o texto se estende aos três Poderes, tribunais de contas e **Ministérios** públicos. No entanto, além da lei em si, sancionada em 16 de novembro de 2011, cada Poder, nos três níveis de governo, deve regulamentar o passo a passo do acesso à informação e especificar, por exemplo, para onde serão encaminhados os pedidos, além do departamento que vai atuar como instância de recursos quando algum dado for negado. Até agora, entre os estados, apenas Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo,

Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo fizeram a regulamentação.

- Como cidadão, acho lamentável que os estados ainda não tenham feito a regulamentação - critica o ministro Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União, pasta responsável pela gestão da lei no Executivo federal.

**Entre as prefeituras, grande parte ainda discute como isso será feito.**

- O problema é que as prefeituras têm um impacto muito grande na vida das pessoas. Nem o Supremo regulamentou. Sem isso, a lei não vai virar realidade - alerta o pesquisador da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo Fabiano Angélico, autor de uma dissertação sobre o tema.

#### Lei não é cumprida

No Supremo, a expectativa é que essa e outras pendências administrativas sejam decididas após o fim do julgamento do mensalão. A Comissão de Regimento Interno da Corte, composta pelos ministros Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello, deverá decidir como vai ser a regulamentação. A matéria aguarda o posicionamento de Joaquim Barbosa. Como só haverá mais uma sessão administrativa até o fim do ano, a expectativa é que a regulamentação só ocorra em 2013.

- É uma lei fundamental para o **Brasil** e esperamos regulamentá-la em breve - explica o ministro Marco Aurélio Mello.

No Senado e na Câmara dos Deputados, a lei ainda não é cumprida plenamente. Para se ter acesso aos salários dos servidores, nome a nome, é necessário um cadastro. Os dados pessoais de quem solicita a informação são enviados para o servidor cujo vencimento foi pesquisado. Isso já criou episódios como o de uma servidora que enviou e-mail em tom ameaçador ao cidadão que buscou saber seu salário. Diretor da ONG Contas Abertas, o economista Gil Castello Branco lembra que os entraves do Congresso impedem ainda que sejam identificados supersalários ou comparadas distorções salariais.

- A Casa Branca divulga os salários de seus funcionários há anos. Mais de 90 países já tinham essa lei antes do Brasil. Aqui a cultura da informação reservada está muito sedimentada. O burocrata que está em qualquer desses órgãos, seja ele concursado, comissionado ou eleito, é um mero gestor. Os donos da informação somos nós - defende Castello Branco.

Mas, no próprio **Governo Federal**, ainda existem obstáculos a serem vencidos. O principal deles é o baixo conhecimento da lei entre a população, tarefa que poderia ser cumprida pelo **Governo Federal**. O ministro Jorge Hage lamenta a falta de verba para fazer uma campanha publicitária de massa.

- Infelizmente, não temos recursos para publicidade. Temos dificuldades. Acaba que a divulgação fica no boca a boca. Em 2013, também não teremos recursos - constata Hage.

A CGU decidiu abrir para os estados e prefeituras o código fonte do e-Sic, sistema on-line criado pelo **Ministério** para que o cidadão possa fazer de forma fácil um pedido. A partir de 2013, serão oferecidos treinamentos para servidores estaduais e municipais sobre o funcionamento da lei.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Suframa discute propostas para setor de Duas Rodas, no Amazonas</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Encontro contou com presença de membros de empresas e sindicatos.**

**Suframa agendou nova reunião para janeiro de 2013.**

#### **Do G1 AM**

Propostas para reforçar e fortalecer a cadeia produtiva do setor de Duas Rodas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** foram discutidas em um evento na **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**. O encontro aconteceu na sexta-feira (14) e reuniu representantes do segmento, fabricantes e associações, além de membros do sindicato dos trabalhadores das empresas.

Entre as propostas apresentadas estão a simplificação do texto das Portarias Interministeriais que regulam os **PPBs** de motocicletas e de componentes para motos, com a compilação da legislação ao segmento de componentes em uma única portaria e a construção da agenda gradativa e conjunta para discutir com maior frequência os assuntos inerentes ao segmento. Como resultado, a **Suframa** já marcou

uma nova reunião para novamente discutir o setor em janeiro de 2013.

“É sempre boa essa visão de futuro, ter essa visão de curto, médio e longo prazo, pois a regra fica conhecida por todo o segmento. Então, essa política que está sendo desenvolvida, dará maior segurança para que os fabricantes, principalmente de motopeças, venham se instalar em **Manaus**”, afirmou o representante da Sindipeças, Franklin Neto.

Segundo dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), a **produção** de motocicletas no **Amazonas** neste ano registrou baixa de 20%. O mau resultado possui impacto direto no Polo Industrial de **Manaus**, que concentra 98% das fábricas de motos do país. A alta inadimplência foi apontada pelo órgão como o principal motivo para a diminuição no ritmo do setor.